

# O leninismo contra a revolução - Segunda parte: o leninismo como supressor da ruptura comunista - GCI-ICG

## Segunda parte: o leninismo como supressor da ruptura comunista

[Traduzido do espanhol por ZEROWORKER em junho de 2016. Este texto é uma continuação de O leninismo contra a revolução - Primeira parte: social-democracia, leninismo, stalinismo [ <https://libcom.org/library/o-leninismo-contra-revolução-gci-icg> ]]

\*\*\*

### A política internacional dos bolcheviques

Fizemos diversos textos em que denunciemos o papel ativo do leninismo como aniquilador da ruptura comunista. Há mais de vinte anos, publicamos uma cronologia sobre a política internacional dos bolcheviques [1](#) . Ainda que inacabado e incompleto, aquele texto é decisivo para captar o processo de supressão internacional dos grupos comunistas em ruptura empreendido pelo leninismo desde sua origem. Por isso, nosso grupo espera poder corrigir, melhorar e ampliar o texto para fazê-lo público sob outras formas.

Nessa cronologia, evidenciamos que a prática dos bolcheviques, no terreno internacional, foi desde a origem contrária a uma política revolucionária e comunista. Se a princípio, na medida em que a revolução seguia viva na Rússia e no mundo, houve uma estranha mistura da velha política diplomática e imperialista da burguesia desse país com o impulso contrário que vinha do proletariado revolucionário e pressionava a continuar a luta revolucionária e a formar uma Internacional consequente, os bolcheviques desempenharam o velho papel dos centristas socialdemocratas, impondo aquela política a toda internacional. A Internacional Comunista formal é o resultado dessa relação de forças e se, a princípio, há declarações que correspondem a elementos de ruptura revolucionária, que as vanguardas do proletariado exigiam, muito cedo o predomínio da linha socialdemocrata dos velhos bolcheviques, que em sua maioria nunca defenderam a insurreição proletária, leva ao domínio dos velhos métodos socialdemocratas e oportunistas, sendo abandonada até mesmo a pretensão revolucionária.

Pode-se assim verificar que, já na época de Lenin, há um paralelismo evidente entre os elementos chaves. Na mesma medida em que, internamente, foi sendo afirmada a política do desenvolvimento do capital, baseada no aumento do trabalho (com a consequente repressão a greves e grupos proletários) e no desenvolvimento do comércio, externamente, foi afirmada a política de entrar no jogo interburguês, como um Estado a mais, até conseguir alianças e acordos comerciais e militares com as grandes potências imperialistas. Como é lógico, essa política interimperialista do Estado russo foi acompanhada de um abandono progressivo de toda ruptura comunista, passando-se das afirmações gerais do primeiro congresso da Internacional Comunista (IC) para uma política cada vez mais abertamente oportunista e repressora, que acabou sendo dominante no segundo congresso e, mais abertamente ainda, nos congressos terceiro e quarto.

A direção bolchevique queria utilizar o capitalismo e o Estado para beneficiar o socialismo [2](#) , mas, na prática, o capitalismo e o Estado é que utilizaram a imagem socialista radical dos bolcheviques para se afirmar e suprimir a revolução.

É necessário insistir: essa política contrária à revolução se dá desde os primeiros dias da insurreição de outubro. Desde então, conversações são iniciadas para buscar acordos com as potências imperialistas, sacrificando, sem contemplações, a linha do derrotismo revolucionário e

da revolução mundial, o que levará à supressão da esquerda comunista na Rússia. Com a fundação da IC, que desde o princípio foi chefiada pela direção bolchevique, esta faz sua nefasta influência ainda mais poderosa, atuando como um verdadeiro rolo compressor sobre toda ruptura revolucionária, impondo o democratismo, o partido de massas, o sindicalismo, o parlamentarismo... e suprimindo, por diversos meios (exclusão, falsificações, calúnias, ameaças, repressão direta...) os grupos e militantes que impulsionavam aquela ruptura.

É importante ter em mente que a afirmação mundial da contrarrevolução, que continuou pesando inclusive nas ondas importantes de luta de classes, como a que ocorreu em 1968-1973 em todo o mundo (e que continua pesando hoje!), não teria sido tão totalizadora sem aquela legitimidade espetacular, de que gozaram os bolcheviques, para levar adiante esse processo aniquilador; sem que eles, transformados em verdadeira autoridade, suprimissem toda a ação das minorias comunistas. Para compreender esse processo, remetemos o leitor àquela cronologia e nos contentamos aqui em resumir as questões centrais desse processo de supressão, tal como se concretizou, sob a direção do próprio Lenin.

- As minorias revolucionárias acreditaram que os bolcheviques eram os melhores aliados para romper com a política contrarrevolucionária dos centristas. Os bolcheviques, pelo contrário, exigiram que os comunistas continuassem trabalhando com os centristas e/ou a esquerda da socialdemocracia. Para tais efeitos, promoveram uma política de captação e/ou aliança com setores da socialdemocracia, que leva à diluição da vanguarda, à criação de partidos de massas sem força nem pretensão revolucionária.

- As minorias revolucionárias esperavam o apoio dos bolcheviques para a ação direta contra o parlamentarismo. Os bolcheviques, sob pretexto de “parlamentarismo revolucionário”, impuseram o velho parlamentarismo e o eleitoralismo socialdemocrata. O eleitoralismo prático liquidou com os partidos “comunistas” enquanto forças de ação revolucionária. Em muitos casos, como por exemplo alguns anos depois na Itália, a participação eleitoral facilitou a ação da polícia e do Estado na supressão dos militantes revolucionários. Esses partidos, quando não foram suprimidos pelas forças repressivas, se transformaram em forças estruturais dos Estados burgueses.

- As minorias revolucionárias queriam criar um partido que fosse um verdadeiro núcleo revolucionário, que se colocasse à cabeça da revolução, definindo-o como “fator unificador e dirigente da ação de massas”. Os bolcheviques impuseram uma prática de partido de massas, no estilo socialdemocrata, no qual os militantes são submersos numa massa de eleitores democráticos. O próprio partido bolchevique tinha deixado de ser um grupo que, apesar de suas oscilações, havia conseguido expressar tendências militantes contra a corrente para se transformar em um partido de massas (mais de meio milhão de membros um ano depois da insurreição!) facilmente manipulável pelas burocracias, congressos e outras manobras democráticas.

- As minorias revolucionárias convocavam a se organizar fora e contra os sindicatos, conselhos ou outras organizações unitárias, que tinham sido transformadas em aparatos do estado burguês. Os bolcheviques impuseram uma política sindicalista e de entrismo generalizado, em todo tipo de aparato do Estado (até nas cooperativas de consumidores), suprimindo assim a incipiente ruptura revolucionária que se desenvolvera.

- As minorias revolucionárias consideravam como inimigos todos os centristas que não haviam rompido com a socialdemocracia. Os bolcheviques convocaram não só ao trabalho comum, como muitos centristas, mas também a um conjunto de (supostas) táticas, de cartas abertas e de frente única com setores socialdemocratas, que conduziram a uma política globalmente frentista, de aliança e subordinação do proletariado ao programa e à política da burguesia.

- As minorias revolucionárias lutavam pela ruptura com toda a socialdemocracia. Os bolcheviques impuseram lemas e inclusive uma política integralmente democrática e frentepopulista. 3

- As minorias revolucionárias lutavam, junto com os proletários de todos os países, sem distinção, contra “sua própria” burguesia e contra “seu próprio” Estado. Os bolcheviques impuseram uma política de alianças e de frente com diferentes burguesias, que eles, conforme as oportunidades, chamavam “nacionalistas”. Essa é a política contrarrevolucionária e frentepopulista, que à princípio se aplicaria a todos os países chamados “coloniais ou semicoloniais”, sob a cobertura da suposta “luta pela libertação nacional”. 4

Reafirmamos integralmente o que afirmávamos na cronologia antes mencionada:

*“Não, não foi a partir da morte de Lenin que as coisas começaram a andar mal como diz o mito; não, não foi a partir de então que foram feitos acordos militares com as potências imperialistas; não, não foi depois da morte de Lenin que a Internacional suprimiu as posições e frações revolucionárias, se afirmando como mero instrumento de negociação em nome do Estado russo na arena do capital internacional. Da mesma forma que na prática interna, o que é decisivo se produziu nos primeiros anos, e, a partir de 1921-1923, a política bolchevique deixará de ter as contradições do início, que refletiam a contradição das forças internacionais capitalismo-comunismo, para ser coerentemente contrarrevolucionária. A respeito, há uma coerência geral – que fica clara depois da leitura atenta da cronologia – entre a afirmação da política de acordos comerciais e militares com as grandes potências, a supressão do apoio às frações de vanguarda do proletariado, a participação nas conferências de paz, as concessões na Rússia ao capital estrangeiro em nome dos interesses comuns com os outros países, os compromissos de não agitação revolucionária firmados com essas potências para a coexistência pacífica, e a afirmação na Internacional de uma política cada vez mais democrática, de libertação nacional e de sindicalismo; e uma continuidade sem fissuras entre essa política e a que será afirmada logo depois, de frente popular, de frente antifascista, de frente nacional... de ingresso na Sociedade das Nações, de dissolução da Internacional, de acordos de não agressão com Hitler, até a participação direta na segunda guerra mundial.”*

## **Diplomacia inter-imperialista e supressão da ruptura revolucionária na época de Lenin**

Desde a própria insurreição de outubro de 1917, os bolcheviques, apesar dos bons discursos, consideraram a vitória não como uma batalha ganha em uma guerra geral entre a burguesia e o proletariado mundiais, em que as fronteiras entre os países não contam mais, mas como a conquista bolchevique do Estado nacional russo. Por isso, em vez de continuar a guerra revolucionária internacional, que a insurreição havia afirmado (é preciso lembrar que uma parte importante dos bolcheviques, e particularmente a direção, não só não participou da insurreição, como também era contra ela!), se colocaram a seguir como um novo governo, se dirigindo aos seus pares. O que primeiro abandonaram foi, então, a posição proletária fundamental de luta contra a guerra e a paz burguesa e a luta pela revolução social, que durante a guerra o próprio Lenin havia adotado, para, como os outros socialistas burgueses, adotar uma posição pacifista, típica do social-imperialismo. Antes de tudo chamado à continuidade da luta revolucionária internacional, e desde os próprios dias da insurreição, os bolcheviques se dirigiram aos diplomatas 5 e governos de todo o mundo, buscando pactos e alianças de todo tipo. A direção bolchevique se dividia, por suas oscilações sobre a própria insurreição e a oposição dos velhos bolcheviques a uma política classista, e busca todo tipo de acordos com os outros partidos socialdemocratas, especialmente com os mencheviques, aos quais oferecem 6 uma participação governamental que foi recusada. Ao mesmo tempo, essa direção flerta com os Aliados, que veem os bolcheviques como os únicos capazes de reorganizar o velho exército para que a Rússia pudesse continuar a guerra. A amizade de Lenin e Trotsky com Jacques Sadoul (militar e agente diplomático francês), que se desenvolve nesses primeiros e agitados dias (eles se reúnem diariamente por muitas horas), consegue manter esse flerte permanente com os Aliados, enquanto nos bastidores se prepara a negociação com o Estado alemão. Assim, Sadoul fixa, com Trotsky e Lenin, as condições de uma paz separada com a Alemanha (o Estado francês assegurando-se, através de Sadoul, de que a mesma seja impossível 7), ao mesmo tempo que recebe a promessa formal dos bolcheviques de reorganização do exército russo, que é o que a burguesia aliada realmente busca. Durante o mês de dezembro de 1917, Trotsky e Lenin

prometem, em diversas reuniões informais e formais (de Trotsky com Noulens, embaixador da França), a reorganização do exército russo que anteriormente contribuíram para decompor. Lenin, desde o início, é o mais entusiasta partidário da política imperialista de paz. Assim, diz Sadoul, em 6 de dezembro de 1917, Lenin *“me falava com entusiasmo das conversações Noulens-Trotsky. Dizia-se seguro da colaboração amiga dos Aliados e de sua participação próxima em negociações gerais de paz. Foi difícil convencê-lo do abismo que havia entre suas esperanças e a realidade”*. [8](#)

Em fevereiro de 1918, *“diante da nova invasão do exército alemão, Trotsky busca aproximações diplomáticas para obter ajuda das forças imperialistas aliadas. São negociadas as possibilidades de reconstituir o exército russo com base em instrutores aliados. Embora as conversações não tenham prosperado, pela desconfiança destes, é importante por constituir a primeira aplicação da teoria da participação no jogo dos equilíbrios interimperialistas, que anos depois Trotsky atribuiria a Stalin”* [9](#). É digno de nota que, em 22 de fevereiro, o Comitê Central do Partido Bolchevique se reúne e aceita a proposta de pedir ajuda militar e econômica ao imperialismo anglo-francês. Na realidade, essa política, que buscava uma aliança imperialista, já existia desde o dia seguinte à insurreição. Como Sadoul diz, em carta de 7 de janeiro de 1918: *“Faz dois meses que não passa uma única semana sem que os bolcheviques façam a demanda, extraoficialmente, é verdade, mas sinceramente, para que os Aliados os apoiem.”*

Não foi o suficiente ressaltado que toda essa política é, por um lado, uma renúncia total à luta do proletariado mundial contra todos os exércitos nacionais (que os revolucionários designaram como “capituladora”) e, por outro, a afirmação dos bolcheviques como chefes de um Estado nacional a mais, substituindo os outros socialdemocratas e o czarismo, na continuidade das guerras e pazes imperialistas. Nada mais coerente então do que a reorganização do velho exército burguês.

Assim, em fevereiro de 1918, pretextando a ofensiva alemã, começa a organização do exército que Lenin e Trotsky prometiam aos Aliados: imposição do recrutamento em massa, assim como normas gerais de disciplina militarista (“formas exteriores de respeito”, saudação militar, fórmulas obrigatórias para se dirigir a um superior, privilégios para os oficiais...). Tais medidas foram aplaudidas até pelos czaristas e possibilitaram a colaboração dos velhos oficiais do czar, mas a aprovação delas não impediu que, nesses mesmos dias, fossem aceitas as condições fixadas pela Alemanha e, alguns dias depois, fosse firmado o famoso tratado de Brest-Listovsk.

Essa afirmação da linha política capituladora suscitou, como é lógico, uma resistência proletária, especialmente nos setores revolucionários. Foi no próprio partido bolchevique que ela se expressou com maior clareza. Alguns dias antes da assinatura do tratado de Brest-Listovsk, e contra a capitulação, essa primeira oposição comunista à política de Lenin se expressa assim numa carta ao Comitê Central do Partido: *“Esse consentimento [dado pelo CC do partido aos imperialistas alemães] significa a capitulação da vanguarda do proletariado internacional frente à burguesia internacional... A decisão de firmar a paz a qualquer preço, decisão tomada sob pressão dos elementos pequeno burgueses e das correntes pequeno burguesas, implica inevitavelmente a perda do papel dirigente do proletariado, não só no ocidente, mas na própria Rússia... Abdicar das posições proletárias no exterior nos conduzirá inevitavelmente a abdicar delas também no interior... Nós avaliamos que depois da conquista do poder político, depois de ter esmagado totalmente os últimos bastiões da burguesia, o proletariado se encontra inevitavelmente confrontado com a tarefa de estender a guerra civil em escala internacional e nenhum perigo pode pará-lo na realização de tal tarefa. Renunciar a ela levará o proletariado à sua perda por desagregação interna e equivale a um suicídio”* [10](#). Como se vê, os setores revolucionários tinham uma consciência nítida do que o que Lenin e companhia faziam era um abandono das posições elementares do proletariado, uma verdadeira capitulação no exterior frente à burguesia mundial, que levava também a capitular internamente; de que a negociação entre homens de Estado era uma capitulação frente à burguesia mundial e que com isso renunciavam à tarefa mais importante e decisiva, a extensão mundial da revolução. A declaração, dos companheiros em luta contra Lenin e companhia, é

perspicaz em mais de um sentido, embora seja errôneo explicar essa política pela pressão pequeno burguesa: é uma política diretamente burguesa, capitalista, imperialista. Como sublinharemos a seguir, nas conversações sucessivas com a diplomacia imperialista mundial, os bolcheviques seriam cada vez mais explícitos nessa recusa de estender internacionalmente a revolução.

Em termos concretos, a paz de Brest-Litovsk é um golpe muito duro para o proletariado e para a revolução em todo o mundo, e particularmente na região é uma traição evidente dos interesses da revolução. Essa prática contrarrevolucionária dos bolcheviques fortalece a burguesia em um período em que ela tremia em todos os lugares, e contribui conseqüentemente para dar novos brios à guerra imperialista. A trégua bolchevique fortalece o imperialismo por toda parte, é um balão de oxigênio para a burguesia e o Estado alemão contra o proletariado desse país em plena luta revolucionária. Mais globalmente, o tratado de paz deixa o proletariado de toda Europa central e oriental entregue aos coturnos do militarismo alemão na Ucrânia, Finlândia, Livônia, Estônia, Criméia, Cáucaso, assim como em um número crescente de territórios do sul da Rússia. Com efeito, os milicos alemães, que viviam já um período de total insegurança frente ao derrotismo revolucionário, recebem com o tratado de paz um verdadeiro suporte dos bolcheviques, que os torna mais fortes frente aos proletários da Alemanha e que lhes permite, em conjunto com diferentes frações burguesas nacional-imperialistas, reimpor o terror branco nesses territórios. Em nome do proletariado na Rússia e com base no velho lema burguês retomado de “direito dos povos a sua autodeterminação”, que a socialdemocracia e Lenin tinham reivindicado - em nome do socialismo! -, era dito ao proletariado dessas regiões em pleno movimento revolucionário: “que cada um se arranje como puder”. Todos os princípios da solidariedade internacional e da luta revolucionária foram postergados em nome da trégua de Lenin e sua política de oportunidades. “*Nós já fizemos a revolução, agora podemos negociar com vossos verdugos*”. A própria guerra mundial é fortalecida por essa capitulação que contribui ao imperialismo: por centenas de milhas, os soldados alemães, inclusive antes da assinatura oficial do tratado, são trasladados da frente russa para a Itália, França... A trégua é um golpe brutal contra a fraternização e o derrotismo revolucionário, contra as insurreições em andamento e contra o movimento revolucionário que estava em pleno desenvolvimento. O verdadeiro significado contrarrevolucionário do tratado de Brest-Litovsk só pode ser compreendido tendo em conta tudo o que ele significou contra as insurreições proletárias que nesses mesmos dias se desenvolviam em toda a Alemanha. A trégua fortalece o imperialismo e a guerra imperialista, como denunciava a esquerda comunista alemã, russa e de outros países. Inclusive a própria Rosa Luxemburgo, que não é nem por um traço uma comunista de esquerda, denunciou o significado contrarrevolucionário desse “acoplamento monstruoso de Lenin com Hindenbourg” em um de seus últimos textos [11](#).

I. Steinberg (socialista revolucionário de esquerda) declara:

*“Não é este ou aquele território ou uma denominação de um território que o camponês e o operário prezam, o que levam no coração é a população trabalhadora que habita esse território ou o regime social sob o qual ela vive. A alma da Revolução está aflita... pelo fato de que essas regiões passaram do poder da revolução ao poder da reação, ao poder dos proprietários de terras, dos czares, dos pós-capitalistas... A paz de Brest nos desviou de golpe desta tarefa de extensão. Nos privou do socorro e da cooperação revolucionária de milhões de operários e camponeses conscientes e os privou, ao mesmo tempo, de nossa contribuição e de nossa cooperação”*. Em *Por que estamos contra a paz de Brest-Litovsk*.

Lenin retomará, contra Kautsky, a acusação da esquerda comunista segundo a qual o proletariado alemão trai o proletariado da Europa ao participar desse massacre, na Finlândia, ucrânia, Letônia, Estlândia [12](#) ..., mas é fato que a política de Lenin leva o proletariado russo a participar nessa mesma traição, ao abandonar, pelo armistício e pela ideologia leninista da autodeterminação nacional, os proletários de todas essas zonas aos milicos alemães e à repressão internacional contrarrevolucionária. Lenin diz: “*Na realidade, Kautsky sabe perfeitamente que esta acusação foi e ainda é lançada pelos socialistas de esquerda alemães, pelos espartaquistas, Liebnecht e seus amigos. Esta acusação expressa a clara consciência de*

*que o proletariado alemão incorreu em uma traição a respeito da revolução russa e internacional ao esmagar a Finlândia, a Ucrânia, Letônia e Estônia*". É verdade que a política do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) e do Partido Socialdemocrata Alemão Independente (USPD) não só havia conseguido frear a revolução, mas também favorecia abertamente o militarismo alemão e permitia que ele fosse utilizado para massacrar a seus irmãos de classe no mundo. Mas a política leninista conduzia à mesma coisa, e isto Lenin esconde sistematicamente. O isolamento em que os proletários dessas regiões se encontram, frente ao terror branco apoiado pelo militarismo alemão, é também o resultado inquestionável da política imperialista de paz de Lenin.

Essa política contrarrevolucionária, apresentada dessa vez como "trégua indispensável", se transforma, mais adiante, no próprio tipo de política internacional leninista. Um dia, uma aliança com um imperialismo, no dia seguinte, com outro, sempre em nome de que é um mal necessário, um mal menor. O que é sempre postergado é a própria luta revolucionária, sem alianças e sem beneficiar outra fração da burguesia. Sempre é argumentado que qualquer coisa é melhor do que essa luta porque se poderia correr o risco de "derrota da revolução". Como se essa política não fosse em si a pior derrota da revolução! Como se houvesse algo pior, para a revolução, do que a contrarrevolução lograda pelo Estado russo e mundial, dirigida por Lenin, Trotsky, Stalin...! Convém ressaltar que essa política leninista foi no início minoritária por toda parte, nos comitês, no partido, nos soviets, nas cidades, no campo, e que Lenin e os seus fizeram mil manobras para a impor democraticamente contra a maioria e assinar a paz em nome desta. Mais adiante, essa política de oportunismo e manobras, desqualificação e purgas, será a norma geral dos velhos bolcheviques, que nunca tinham sido partidários da insurreição (Kamenev, Zinoviev, Stalin...) para, junto com Lenin, se impor no partido, na Rússia e progressivamente na IC.

Nos mesmos dias em que é firmada a paz de Brest-Litovsk, Lenin e Trotsky, concretizando suas promessas aos Aliados e em continuidade com a reorganização do exército russo [13](#), projetam, em conjunto com vários oficiais czaristas, a reorganização da marinha e, em geral, das forças armadas, executando assim o que todo Estado burguês realiza e o que, nessas mesmas circunstâncias, a burguesia aliada está lhes pedindo. Em abril e maio é decretada a possibilidade de mobilizar militarmente a população, passando-se do recrutamento voluntário ao obrigatório de operários e "camponeses". Simultaneamente, buscam organizar a economia com base em "concessões ao capital internacional" [14](#), são aprovados altos salários para administradores e tecnocratas e, ao mesmo tempo, são aplicadas medidas tendentes a aumentar diretamente a taxa de exploração dos proletários, que o próprio Lenin resumirá assim: "*O reforço da disciplina e o crescimento da produtividade do trabalho (sic [15](#)), a introdução do salário por peça, a aplicação dos numerosos elementos científicos e progressistas contidos no sistema Taylor*". Este programa, abertamente burguês, buscando por todos os meios um aumento da exploração do proletariado, e, portanto, um aumento da taxa de lucros, é acompanhado por todo tipo de concessões e propostas ao capital internacional para explorar as forças de produção "soviéticas": oferecimento não só dos recursos naturais russos, mas também, explicitamente, das excelentes condições de exploração dos proletários que, supostamente, tem o poder nesse país. Assim, em maio de 1918, os bolcheviques entregam a Robins um memorando, que depois será apresentado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, em que, pela primeira vez, são expostas as vantagens que os bolcheviques propõem para os capitalistas norte-americanos se estes participarem da exploração das minas, construção de meios de transporte, introdução de métodos modernos na agricultura, exploração das riquezas marítimas da Sibéria, em troca de produtos agrícolas. Esse documento, que, sem escrúpulos, convoca a explorar os proletários na Rússia, ao mesmo tempo em que Lenin e seu partido patrocina o aumento, por todas as vias possíveis, da taxa de exploração, mostra até que ponto esse partido, como faz hoje qualquer governo (de direita ou de esquerda e independentemente de todas as declarações e formulações socialistas), para atrair capitais, faz o máximo possível para oferecer as melhores condições de rentabilidade: ou seja, sacrifica os proletários, aumenta ao máximo a taxa de exploração e de lucros do capital. Nessas circunstâncias, não se deve esquecer nunca que o aumento da exploração em um país degrada as condições de sobrevivência do proletariado mundial. Concretamente, toda oferta de melhores condições de rentabilidade na Rússia, assegurada por

Lenin e companhia, melhorava não só a rentabilidade do capital internacional nesse país, mas também a força social e política do capital frente aos proletários em luta em todo o mundo, e situava - objetivamente e independentemente da vontade ou das declarações - os bolcheviques ao lado da burguesia mundial contra os proletários do mundo inteiro.

No entanto, a princípio, essa política burguesa não encontra na burguesia mundial, salvo em raras exceções, toda a compreensão que os bolcheviques já mereciam como representantes da contrarrevolução mundial. Com efeito, a burguesia continua aterrorizada pelos bolcheviques. Nos meses seguintes se produz internacionalmente uma grande unificação de forças militares burguesas (russas, japonesas, francesas, inglesas, norte-americanas...) contra a Rússia, que leva os bolcheviques a uma aparente radicalização, ao abandono daquela política abertamente imperialista e a se apresentar, em aparência, como “proletários internacionalistas”. Como dissemos em nossa cronologia, essa prática provisória e aparentemente “internacionalista”, *“não é o resultado de uma linha estratégica invariante, mas de condições particulares de isolamento e enfrentamento dos Estados nacionais... os bolcheviques, forçados a abandonar a política diplomática com os outros governos, concentram sua atuação internacional nas convocações ao proletariado e à revolução mundial”*. Essa fase radical, que dura até fins de 1920, coincide com a fase final da maior onda revolucionária da história do proletariado, o que faz com que o oportunismo bolchevique pareça, em alguns aspectos, revolucionário. Mas inclusive nesse curto período, em que os bolcheviques se fazem os líderes de uma “nova internacional verdadeiramente comunista e revolucionária”, continuam negociando e fechando acordos com os repressores diretos do proletariado. Entre janeiro e abril de 1919, os bolcheviques realizam diversas tentativas de conciliação com os governos aliados e declaram abertamente que reconhecem “as obrigações financeiras dos credores de nacionalidade de uma das potências aliadas”. Ou seja, os bolcheviques declaram reconhecer as dívidas contraídas pelo czarismo, manifestando-se, assim, frente a seus pares de todo o mundo, como verdadeiros homens de Estado. Chicherin declara que esse é o primeiro exemplo de um chamado à conciliação internacional, em nome de vantagens financeiras, e diz que esse é “um dos aspectos mais extraordinários da política exterior de Lenin”. Sim, muito extraordinário!, se se crê que isso servia aos proletários; mas é totalmente comum e corrente se levarmos em conta que isso serve a um Estado burguês particular, o Estado russo, como era o caso da política de Lenin. Ainda mais se levarmos em conta a sabotagem prática que essa política interimperialista significava para o proletariado em luta. Recordemos como exemplo a sabotagem aberta que significou esse tipo de negociação em plena insurreição proletária, em março de 1920 na Alemanha.

A política de boas relações interburguesas dos bolcheviques com os capitalistas do mundo inteiro, que se traduzirá na reafirmação do Estado russo como potência imperialista, tal como tinha sido na época czarista e que terá seu apogeu na época stalinista determina sempre as relações deles com as forças e organizações proletárias, que se encontram em processo de ruptura com a socialdemocracia. Desde os primeiros flertes com a burguesia alemã e comandos militares deste país, os bolcheviques entram em contradição com diversos grupos políticos proletários na própria Rússia: constituição de grupos de esquerda comunista dentro dos bolcheviques opostos à política leninista, resistência e revoltas dos socialistas de esquerda e de grupos anarquistas e/ou anarquistas comunistas. Desde junho-julho de 1918, os protestos contra a política burguesa dos bolcheviques dão, com a revolta dos socialistas revolucionários de esquerda, a liquidação do embaixador alemão e algumas tentativas de liquidar o próprio Lenin, um salto de qualidade. Essas oposições, tanto de posicionamentos quanto na ação, são muito variadas e contraditórias, assim como muitas delas são oposições fundamentalmente socialdemocratas (mencheviques, setores libertários defensistas...) ou influenciadas por posições nacionalistas, há também uma resistência proletária real, representada fundamentalmente por setores dos próprios bolcheviques, dos socialistas revolucionários de esquerda ou por setores que se reivindicam do anarquismo, como é o caso do movimento makhnovista [16](#). Desde os primeiros dias no poder, os bolcheviques reprimem não só as forças contrarrevolucionárias, mas também exercem o terror aberto contra as organizações proletárias e revolucionárias que se opõem a sua política. Essa repressão dos grupos proletários e das minorias revolucionárias, que existe desde os primeiros dias, aumenta desde meados de 1918 e dá um indubitável salto de qualidade com a repressão ao movimento revolucionária na Ucrânia e, mais tarde, com a

repressão da revolta de Kronstadt em 1921 [17](#) .

## **As relações com os grupos revolucionários e a política bolchevique na direção da IC**

Se a política oportunista dos primeiros anos gera evidentemente desorientação e desorganização geral nos grupos proletários de vanguarda no mundo, o ano de 1919 (em que foi realizado o Primeiro Congresso da IC) é considerado em geral como o ano em que a política bolchevique é mais radical. Isso se reflete nos documentos principais desse congresso (Plataforma e Manifesto), que, em relação ao que virá depois, aparecem como elementos de ruptura com o capital internacional e, em particular, com a tradição socialdemocrata. Mas inclusive nesse congresso é afirmada a “utilização revolucionária do parlamento”, o que é uma posição abertamente contrária à ruptura comunista que estava se processando em todo o mundo: em mais de 15 países se constituíram grupos de importância variável, em ruptura com o socialismo burguês. Todos esses grupos, que convocavam para a constituição de partidos fora e contra a socialdemocracia, consideravam o parlamentarismo, bem como todos os tipos de eleitoralismo, como contrarrevolucionário e afirmavam, de diversas maneiras, uma crítica mais global da democracia e da socialdemocracia.

Durante todo o ano de 1919, no qual se sucedem movimentos insurrecionais e de greve em todo o mundo, os bolcheviques, diretamente ou enquanto Comitê Executivo da IC, defendem o eleitoralismo e o parlamentarismo, contra o movimento do proletariado e as esquerdas comunistas. Ressaltemos, a respeito, que na primeira circular do Comitê Executivo (“O parlamentarismo e a luta pelos soviets”), de setembro daquele ano, é defendida a necessidade de utilização “tática” (sic) do parlamentarismo e que, um mês depois, no Congresso de Heidelberg do Partido Comunista Alemão (KPD), Radek, em nome dos bolcheviques, defende a participação nas eleições e nos sindicatos, opondo-se abertamente à esquerda comunista em um momento crucial. O Congresso de Heidelberg ocorre em um momento de repressão aberta, o que impede a participação das diferentes delegações, majoritariamente de “comunistas de esquerda”. Levi, com o apoio decisivo dos bolcheviques, e particularmente de Radek, exclui todos os militantes comunistas. Cabe notar que Radek já tinha redigido, nesses momentos, o seu repugnante opúsculo: “Evolução da revolução mundial e as tarefas do partido comunista”; verdadeira pré-edição da “doença infantil” de Lenin e que Anton Pannekoek responde em seu importante trabalho de denúncia do leninismo: “A revolução mundial e a tática do comunismo” [18](#) . Já nessas circunstâncias, Radek e Levi, que flertavam com o USPD (a esquerda da socialdemocracia) contra tudo o que afirmava a esquerda comunista alemã e o que a própria luta ia delimitando, defendem abertamente o frentismo falando de “bloco temporário” entre o KPD e o SPD. O que importa é ressaltar que esta prática frentista se contrapõe à própria prática da vanguarda proletária em luta aberta contra a socialdemocracia. O momento culminante foi quando, em plena insurreição do proletariado no Ruhr em 1920, os chefes leninistas do KPD sabotaram o movimento, convocando a uma frente com os inimigos diretos do proletariado. Isto é, que em plena luta internacional do proletariado, os bolcheviques, contra todas as expectativas de ruptura suscitadas, defendem abertamente não só o sindicalismo e o parlamentarismo, mas também a realização de uma frente única (predecessora da frente popular e do frentismo supostamente anti-imperialista) com os inimigos abertos do proletariado, que tinham reprimido e continuavam reprimindo abertamente a luta insurrecional. Nesse sentido, a política contrarrevolucionária dos bolcheviques na Alemanha, justamente onde o proletariado tinha demonstrado mais força, prefigurava a que seria aplicada depois por toda parte. No mesmo momento em que Lenin sustentava essa política contra as minorias comunistas, ele escreve a elas minimizando as diferenças. Um ano mais tarde, ele reconhece que também isto era pura manobra, simples “questão tática”. Lenin declara que tinha sido necessário “suportar a esquerda comunista”, mas que “agora não façamos mais publicidade dela, não falemos mais dela”.

Em 1919 é criado em Amsterdã um escritório da IC para a Europa Ocidental que expressa um conjunto de tendências extremamente ricas, algumas delas em ruptura com a socialdemocracia, tendências que criticam o sindicalismo, o eleitoralismo e o parlamentarismo, o partido de massas..., e que dada a coincidência de posições com frações comunistas da América do Sul (na

Argentina, Uruguai, Chile...) e da América do Norte (Estados Unidos, México...) poderia ter se constituído numa verdadeira alternativa organizativa à política oportunista de Moscou. Porém, muito rapidamente é constituído outro escritório em Berlin, a pedido dos bolcheviques, com personagens claramente centristas e opostos à ruptura decisiva como Levi, Zetkin e Radek. O escritório de Berlin parte do princípio (em pleno 1919!) de que “a revolução, inclusive em escala europeia, se fará lentamente” e se incumbe de suprimir o outro escritório. A contradição entre ambos é cada vez maior e fica em evidência no início de 1920, quando a conferência de Amsterdã, impulsionada pelo escritório desta cidade, adota as bases para o trabalho na Europa Ocidental. Nela, seja pelas discrepâncias existentes, seja pela ação repressiva, não se chega a afirmar a ruptura revolucionária com toda a força que já se expressava em diferentes países (não se pronuncia claramente sobre o entrismo ou não nos sindicatos reacionários), não é convocada abertamente a ruptura total com os partidos social patriotas, e nem particularmente com o trabalhismo, nem uma total contraposição ao oportunismo de Lenin, Radek, Zinoviev, Clara Zetkin e outros oportunistas decisivos da direção da IC. A contraposição entre ambos organismos será cada vez maior, até que Fraina, em nome do escritório de Amsterdã, afirma publicamente [19](#) um conjunto importante de rupturas revolucionárias: reivindicação de cisão na Alemanha com o oficialista KPD e de apoio às posições do Partido Comunista Operário da Alemanha (KAPD) de ruptura total com os sindicatos, a recusa da posição “massista” do partido e a afirmação do mesmo como fator unificador e dirigente, a necessidade de ruptura com o centrismo, definido como o principal inimigo e a definição como oportunista de um conjunto de forças (USPD, o Partido Socialista Norte-americano, a esquerda do Partido Trabalhista Britânico, o Partido Socialista Operário Espanhol) com as quais Moscou flertava. Foi demasiado, pois de fato era denunciada abertamente a política oportunista dos bolcheviques e a direção da IC. A resposta do Comitê Executivo da IC não se fez esperar: foi decidido simplesmente suprimir o escritório de Amsterdã. É um antecedente importante de como serão suprimidos os discrepantes mais adiante. Nada de discussões, nem de consultas dos próprios interessados, é decidido oficialmente dissolver o escritório de Amsterdã e os interessados não são notificados dessa resolução diretamente, mas se inteiram pelo rádio de que não existem mais como escritório, que não são mais representativos, que seu mandato está anulado. Ainda não é utilizada a supressão física, mas é dito abertamente que a decisão de “anular o mandato do escritório de Amsterdã” é adotada pelo simples fato de que “este último defende, sobre estas questões, um ponto de vista oposto à do Executivo, principalmente na recusa da arma parlamentar” (sic) e “ele renuncia a fazer penetrar o espírito revolucionário nos sindicatos”. Muito rapidamente se verifica que a “arma parlamentar” e o entrismo nos sindicatos suprime totalmente esse “espírito revolucionário” e os partidos “comunistas” serão uma nova edição dos partidos socialdemocratas que sempre foram partidos parlamentares e sindicais, ou seja, partidos estatais (de controle sobre os proletários).

Como a ideologia do parlamentarismo revolucionário ou do entrismo nos sindicatos, a ideologia da libertação nacional coloca, já nesses anos leninistas, os bolcheviques do lado dos Estados contra a luta do proletariado em vários países. Isto é, inclusive antes do Segundo Congresso da IC, no qual ocorre um debate sobre a questão com Roi, militante comunista da Índia [20](#), a IC fixou sua posição frentepopulista de “apoio à libertação nacional” nos países “coloniais e semicoloniais”; os leninistas, em vez de apoiar as minorias revolucionárias da Pérsia, Afeganistão, Índia, China... buscam a todo custo uma aproximação diplomática com a burguesia dita “nacionalista” desses países e contribuem objetivamente para o isolamento e conseqüentemente para a repressão dos revolucionários desses países. Digno de nota é que essa política diplomática de boas relações interestatais, que é buscada desde 1917, é oficializada já em maio de 1919, com o apoio ao regime do Emir Amanullah do Afeganistão e o conseqüente intercâmbio de representantes diplomáticos. O próprio Lenin insiste alguns meses depois, em uma carta dirigida nada mais nada menos do que ao primeiro mandatário desse país, em “reforçar as relações de boa vizinhança entre ambas as nações”. Já então, Lenin não se preocupava com a contraposição, que Marx sempre havia ressaltado, entre o interesse do proletariado e o interesse da nação, agora ele só pensava nos interesses de “ambas as nações”, “Marx não poderia ter previsto” que em nome do proletariado se falaria agora em “relações de boa vizinhança entre ambas as nações”.

Com essa mesma política é organizado o Segundo Congresso Pan-russo de Organizações Muçulmanas Comunistas. Nesse mesmo congresso, Lenin não tem nenhum escrúpulo em afirmar como sujeito da revolução, em primeiro lugar, não o proletariado revolucionário, mas os “países oprimidos”, ou seja, a aliança entre explorados e exploradores: *“A revolução socialista não será apenas, nem será principalmente, a luta dos proletários revolucionários de cada país contra a sua burguesia, mas ela resultará da luta de todas as colônias e de todos os países oprimidos pelo imperialismo de todos os países dependentes contra o imperialismo internacional”*. É totalmente falso que as convocações à frente popular e às alianças com a burguesia tenham começado com Stalin, como pretende por exemplo o trotskismo em todas as suas variantes; é uma mentira gigantesca culpar apenas Dimitrov ou Stalin pela política frentepopulista aniquiladora. Esse tipo de convocação e manifesto implicava uma convocação aberta à luta nacionalista e supostamente anti-imperialista. Esse tipo de proclamação, que se sucede desde então, contribui diretamente à supressão da autonomia do proletariado no mundo inteiro. Com efeito, só uma versão nacional do desenvolvimento do capital, muito comum na ideologia euro-racista da socialdemocracia e, depois, da IC, pode pretender que essas convocações ao proletariado para que apoie as burguesias nacionais, em sua suposta luta contra os imperialistas, afeta unicamente o proletariado de tais ou quais países “coloniais ou semicoloniais”, e não todo o proletariado mundial. Primeiro, porque essa suposta “tática” era um verdadeiro entreguismo estratégico de todo o proletariado mundial; ao qual convocavam explicitamente a considerar a contradição nacional como mais importante que a contradição de classe e como conducente ao mesmo objetivo socialista, o que é totalmente falso: jamais a libertação nacional conduz ao socialismo, nem favorece os interesses do proletariado. Porque, em vez de afirmar a luta mundial do proletariado contra a burguesia mundial, esses oportunistas, erigidos em chefes de Estado, estavam chamando, em nome do proletariado, os proletários de todo o mundo a apoiar esta ou aquela nação considerada oprimida, ou seja, a suprimir, por toda parte, a verdadeira autonomia de classe e pôr o proletariado como reboque de qualquer burguesia do mundo que se definisse “contra o imperialismo”. Segundo, porque a própria questão de “países oprimidos” podia ser aplicada realmente em qualquer parte do mundo, o que mais tarde é feito pelos trotskistas e stalinistas por toda parte. De fato, excetuando algum país (não lembramos de outro exceto a Inglaterra!), todos os países do mundo podiam ser, e seriam, em algum momento da história, redefinidos como oprimidos ou como semicolônias (por exemplo, foram definidos assim até países como a Alemanha e a Espanha!). E inclusive, nesses pouquíssimos países “opressores” que seriam completas exceções dessa tão interesseira quanto absurda qualificação [21](#), sempre foi possível, e será, encontrar outros “povos” ou “nações” oprimidas em seu interior e, portanto, também nesses, justificar a aliança dos proletários com as burguesias dessas “nações oprimidas”, o que era, e sempre será, uma arma contra a constituição do proletariado em classe e, portanto, em partido. Na prática, era proclamado, de forma apenas encoberta, o velho princípio socialdemocrata de que a revolução socialista, pela qual se lutava, não era o resultado da luta contra o capital, e muito menos contra o capital mundial, mas de uma ampla aliança, popular e nacionalista, contra tal ou qual “imperialismo”, contra tal ou qual país. Praticamente, convocavam a renunciar à luta proletária contra o capital e a se aliar com os capitalistas que se considerassem (e realmente deixava-se assim a porta aberta a toda política de alianças e pactos imperialistas como o de Stalin com Hitler pouco depois e, mais tarde, com Roosevelt e Churchill) em cada caso particular como “anti-imperialistas”, ou, depois, mais democratas que os outros. Como se sabe, essa será a política de oportunidades, tão defendida por Lenin, em função dos interesses do capital nacional ou imperial russo, que marca as alianças e as viragens dos dirigentes russos desde a época de Lenin. É totalmente lógico que, com essa concepção nacional imperialista, Lenin convocasse cada vez menos à revolução e muito mais à paz entre as nações. Em dezembro de 1919, ressaltando “sua invariável ânsia de paz” (textual!), Lenin se dirige a todas as potências da Entente: Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, Itália... Nesse mesmo mês, Radek afirma a necessidade de “reconstrução nacional” e a “construção do socialismo”, em “coexistência pacífica com os Estados capitalistas” e com base num “compromisso com o capitalismo mundial”. Anos depois, Stalin, com a teoria do socialismo em um só país e a repressão do movimento operário de cada país em função dos interesses e acordos do Estado russo, contrariamente ao mito trotskista, não faria mais do que aplicar e levar até as últimas consequências esta concepção dos bolcheviques, defendida desde quando consolidaram o poder.

Em 1920, os bolcheviques, ao mesmo tempo que fazem algumas declarações retumbantes e convocações ao proletariado, se afirmam cada vez mais como continuadores do czarismo, chegando inclusive a protestar porque neste ou naquele tratado (por exemplo, o tratado de Paris de fevereiro de 1920) não se tem em conta os tratados concluídos pelo czarismo anteriormente. Isto é, exigem internacionalmente, diante dos outros governos burgueses, que sejam aceitos como os continuadores dos direitos, privilégios e deveres do Estado czarista russo. Os dirigentes representantes do Estado russo (Lenin, Trotsky, Joffé, Litvinov, Chicherin, Radek...) multiplicam os comunicados e as conferências de imprensa voltados a mostrar a boa vontade e até a paridade do governo russo com os outros governos do mundo e não hesitam em deixar claramente estabelecido que inclusive renunciam à luta revolucionária para manter a paz. Radek declara em fevereiro de 1920 que “o governo soviético não desenvolverá mais atividades revolucionárias nos países capitalistas” [22](#) “exigindo” para isso a lógica reciprocidade! Quer dizer, os bolcheviques, como administradores do Estado russo, não só não o colocam a serviço da luta do proletariado [23](#), mas também esmagam a luta do proletariado em função dos interesses do Estado russo. Portanto, eles se situam do lado do Estado mundial do capital contra a luta do proletariado.

Quando, alguns meses depois, ocorre a guerra contra a Polônia, é claro que da posição derrotista revolucionária, de guerra proletária contra a burguesia por toda parte, não resta absolutamente nada, e ela é afirmada abertamente como uma guerra entre Estados nacionais e imperiais. Os próprios bolcheviques reconhecem este fato e proclamam abertamente que se trata (não de uma guerra de classes, mas) de uma guerra nacional. O exército vermelho, com Trotsky à cabeça, reintegra oficiais czaristas (Kamenev, Vaissetts, Tukhchsky), incluindo o último comandante em chefe do czar, o general Brusilov. Toda a direção bolchevique se afirma como nacional imperialista ao participar, assim, na supressão da autonomia de classe que esse enquadramento militar e as convocações à guerra nacional implicam para o proletariado. Os proletários que tinham triunfado na luta contra os czaristas são obrigados agora a obedecê-los e todo o terror de Estado é aplicado contra quem se rebela. Fuzilamentos, prisões e torturas foram moeda corrente. Zinoviev, um dos velhos bolcheviques que sempre tinha defendido a posição socialdemocrata de que a revolução na Rússia só podia realizar as tarefas democráticas burguesas, que, com isso, tinha se oposto à insurreição em nome da ausência de condições e até colaborado com o inimigo denunciando seus preparativos, declara: *“A guerra se torna nacional. Não só os setores avançados do campesinato, como inclusive os camponeses ricos, são hostis às imposições dos proprietários polacos... Nós comunistas devemos nos situar na direção desse movimento nacional que unirá toda a população”*.

É nessas circunstâncias, de unidade nacional russa até com os generais czaristas, de terrorismo interno e de submissão dos bolcheviques à política capitalista e imperialista russa, que Lenin escreve seu imundo panfleto “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”, em que caricaturiza a prática das esquerdas comunistas, se pronuncia a favor da participação nos sindicatos e nos parlamentos, defende a política de compromissos e afirma a política de frente única com a socialdemocracia e de “governos operários”. Como não ver a coerência entre esta política de esmagamento democrático do movimento e as promessas bolcheviques de coexistência pacífica, de paz social, de que “o governo soviético não desenvolverá mais atividades revolucionárias nos países capitalistas”!? As diferentes delegações das esquerdas comunistas, que vão chegando a Moscou, especialmente as do Partido Comunista Operário da Alemanha, que esperavam apoio de Lenin e seus companheiros na ruptura que estavam realizando e na luta contra o centrismo, sofrem uma decepção total: as posições de Lenin não só não são as deles, mas são exatamente as mesmas posições contrarrevolucionárias de Levi, Radek e companhia. O mito de Lenin estava tão arraigado, inclusive entre os revolucionários, que foi necessário enviar uma delegação depois de outra para se convencer de que Lenin estava objetivamente do outro lado da barricada. Essa obrinha de Lenin sobre a “doença infantil” será mais tarde o manual de formação de base de todo quadro a serviço da contrarrevolução. É uma espécie de bíblia que as tropas de choque stalinistas recitarão no mundo inteiro.

Foi assim, com tomadas de posição a favor dos oportunistas e centristas, com todos os socialdemocratas que se disfarçavam agora de “comunistas” e se mostravam partidários da IC,

com a afirmação do exército dirigido por oficiais czaristas, que enquadravam e disciplinavam os proletários, com ofertas ao capital estrangeiro, com acordos comerciais e militares com diferentes Estados burgueses do mundo, que os bolcheviques prepararam o Segundo Congresso da IC. No mesmo momento em que melhoram as relações comerciais e militares com os governos da região (Irã, Afeganistão...), firmam acordos comerciais com vários governos (por exemplo, a Suécia), renovam o comércio com os Estados Unidos (eliminação das restrições ao comércio com a Rússia por parte do governo estadunidense), e chegam a um “acordo pleno” com o governo britânico, entre março e julho de 1920; os bolcheviques publicam uma série de documentos nos quais adotam claramente, e sobre a totalidade das questões em discussão, a posição do centrismo internacional contra a ruptura que as esquerdas comunistas (inclusive na Rússia) tinham afirmado desde sempre. Desta forma, o Comitê Executivo da IC dirige uma “carta aberta ao KAPD”, cujo conteúdo foi conhecido desde o Segundo Congresso da IS, em que ele toma partido abertamente contra eles e a favor do partido contrarrevolucionário de Levi e companhia. Essa carta convoca os membros do KAPD a renunciar a toda ruptura que vinham fazendo, calando suas críticas ao PC oficial, a ingressar nos sindicatos socialdemocratas, a participar nas eleições nacionais e no parlamento.... Apelando à autoridade póstuma de Rosa Luxemburgo e Liebknecht, pede, ou melhor, ameaça, os militantes desse partido para que renunciem a tudo o que os tinha levado a se constituir como força aparte, fora e contra os partidos e os sindicatos do capital. Ao mesmo tempo, os calunia e desprestigia, dizendo que ajudam na prática a “burguesia a prolongar sua dominação de classe”, que sua concepção de partido é “propagandista”, “anarquista”... e, simultaneamente, dá-lhes um verdadeiro ultimatum para que se submetam à disciplina, utilizando métodos que tarde serão moeda corrente.

Na preparação do Segundo Congresso são redigidas as 19 (logo são adicionadas mais duas) condições de adesão à IC, que, apesar de serem apresentadas como um parapeito contra os reformistas, excluem os grupos e as organizações que tinham afirmado uma ruptura fundamental com a socialdemocracia. Já antes do Congresso, essas condições circularam como “as condições para excluir o Partido Comunista Operário da Alemanha”. Isso fica bem claro na discussão de junho, entre por um lado Lenin-Radek, em nome dessas condições, e Merges-Ruhle por outro, em nome do KAPD. Também circulam uma série de artigos redigidos por Zinoviev, que tinha deixado de ser considerado por Lenin e Trotsky como o pior dos traidores, por sua atitude policial durante a insurreição (e era isso que Lenin dizia antes!), para ser nem mais nem menos que o adulado presidente da IC. Entre os artigos que se destacam estão “As questões urgentes da atualidade para o movimento internacional, o Segundo Congresso da IC e suas tarefas” e “O que foi a Internacional até agora e o que deve ser no futuro”. No primeiro é defendida a velha concepção “massista” do partido e se tenta provar o êxito desses partidos pelo número de pessoas e aderentes e em geral pelos êxitos parlamentares (como a socialdemocracia sempre fez), o que se situa nos antípodas da posição do KAPD. Os revolucionários na Alemanha contrapunham ao partido de massas socialdemocrata-leninista o partido “núcleo” e especificavam que utilizavam a palavra partido (como Marx) no “sentido não tradicional do termo”. No segundo texto de Zinoviev, o mais importante é a afirmação de que agora é preciso obedecer a disciplina. Toda sua retórica contra o reformismo mal esconde que se buscava suprimir a ruptura comunista, dado que ele convoca abertamente à unidade com o centrismo, à unidade com os Levi, os Gramsci, e até com o Partido Trabalhista Britânico!

Da mesma maneira, Lenin, antes do Segundo Congresso da IC, anuncia seu lado, definindo-se abertamente não só pelo parlamentarismo, mas também pela filiação dos comunistas ao Partido Trabalhista Britânico que a esquerda comunista, desse país e do mundo, considerava, com total razão, como o “último bastião da defesa do capitalismo contra a revolução proletária ascendente” [24](#). No próprio Congresso, que ocorre em Moscou em julho-agosto de 1920, é consolidada toda a linha bolchevique e, também, o domínio total destes sobre a Internacional e sobre cada um dos partidos aderentes: parlamentarismo, sindicalismo, “emancipação nacional”. Quanto a este último ponto, são impostas, claro está, as teses oportunistas de Lenin, ainda que suavizadas para não cristalizar a organização da esquerda comunista especialmente persa, coreana, indiana... Assim, em vez da fórmula abertamente frentepopulista que Lenin tinha elaborado – “a necessidade de que todos os partidos comunistas ajudem o movimento democrático burguês de libertação” -, que põe o comunismo como servo da burguesia, termina

aprovando outra muito mais vaga. Apenas em função dos interesses do Estado e manobrando nos bastidores, os leninistas suavizavam as formulações direitistas para evitar que as minorias revolucionárias se reagrupassem. Entretanto, o alinhamento dos bolcheviques e do Executivo da IC “sem reservas junto ao oportunismo” [25](#) é denunciado abertamente pelos verdadeiros comunistas que efetivamente romperam com a socialdemocracia.

Como dizemos na apresentação da segunda parte da cronologia [26](#), o período que vem logo depois desse congresso e até fins de 1921 “*se caracteriza pela onda de derrotas e um refluxo desordenado do movimento revolucionário, que constitui, por um lado, a verificação prática de que a revolução não podia avançar sem romper programaticamente, a fundo, com o programa da socialdemocracia (parlamento, sindicatos, apoio ao desenvolvimento do capital na Rússia, ‘direitos dos povos à autodeterminação’, reformismo em todos os níveis...) e, por outro, será referendado por uma ‘nova política’ que irá ainda mais longe na afirmação da contrarrevolução – participação na luta intercapitalista internacional, frente única (‘operária’ e ‘anti-imperialista’), governos operários... – que será oficializada pelo terceiro e quarto congressos da IC. Essa NEP [27](#) será internacionalmente acompanhada pela supressão de toda a vanguarda comunista, desarticulada, vencida desorganizada, desarmada, separada dos operários que já começavam a se reunir com seu capital nacional para produzir os monstruosos fenômenos que veremos anos mais tarde: stalinismo, fascismo, frentes nacionais anti-imperialistas, nazismo, frente popular”.*

A aplicação das diretrizes do Segundo Congresso conduz à adesão em massa dos socialdemocratas aos partidos comunistas ou à diluição dos comunistas em um partido socialdemocrata e o isolamento e desautorização dos revolucionários que se opõem ao nacionalismo, parlamentarismo e sindicalismo. Em nossa cronologia são dados muitos exemplos de como essa política da IC conduz a esse resultado na Alemanha, Áustria, França, Argentina, México. Na Alemanha, a política do partido de Levi, que apoia a IC, é cada vez mais próxima do putrefato USPD (a unificação ordenada por Moscou ocorreria alguns meses depois), chegando ao extremo de publicar comunicados conjuntos, convocando os proletários a se opor ao movimento insurrecional do proletariado definido como provocação. O leninismo atua como tinham atuado os velhos bolcheviques que se opunham à insurreição. O zinovievismo e o kamenevismo dos velhos bolcheviques contrarrevolucionários foram internalizados, endossados agora por Lenin e Trotsky: a insurreição proletária passou a ser considerada aventureirismo pequeno burguês. Essa caracterização continua sendo utilizada hoje pelos socialdemocratas e stalinistas!

Ou seja, nos países em que os revolucionários ainda têm a possibilidade de triunfar, a IC põe em prática sua linha oportunista, situando-se ao lado dos contrarrevolucionários. Se levarmos em conta que, enquanto o proletariado alemão lutava contra seus exploradores e verdugos, os dirigentes russos negociam secretamente com as autoridades militares da Alemanha sobre a possibilidade de reconstituir a indústria russa de armamentos, podemos entender perfeitamente por que a linha de Zinoviev, Lenin e Trotsky era tão abertamente contrária à luta revolucionária: esses dirigentes do “comunismo” não podiam conciliar a luta proletária com os interesses do Estado russo e já tinha escolhido este último. Enquanto durante todo o ano de 1921 o proletariado alemão continua sofrendo derrota após derrota, os dirigentes bolcheviques vão logrando que grandes firmas alemãs (Albertossewerke, Krupp, Bonn e Vose) construam na Rússia (evidentemente que explorando o proletariado russo) canhões, obuses, aviões, submarinos... É claro que o próprio Lenin insiste, contrariamente ao que tinha prometido no momento insurrecional, em que esses acordos sejam guardados em absoluto segredo. A abolição do segredo nos acordos imperiais, com que tinham tanto enchido a boca “como exemplo revolucionário”, acabou já então como recordação da revolução. O progresso e a colocação em prática dessas conversações conduzem ao célebre Tratado de Rapallo entre os dois Estados, que preparava já as condições para o massacre interimperialista seguinte.

O oportunismo triunfante contra a revolução chega a níveis tais que Zinoviev, como chefe da IC, substitui a “luta de classes” pela “guerra santa contra os ladrões e os opressores” em seu discurso de abertura do Primeiro Congresso dos Povos do Oriente. Essas posições levam os bolcheviques

a manter excelentes relações com os repressores nacionalistas do proletariado, que já utilizavam o método da tortura e da desaparecimento de militantes. Enquanto Mustafá Sufi e outros militantes comunistas eram torturados e desaparecidos (aparentemente lançados ao mar após serem assassinados), os bolcheviques afirmam relações amistosas com (os repressores diretos) o Estado da Turquia, chegando à assinatura de um tratado no qual, com total descaramento e falta de solidariedade com relação aos comunistas assassinados, é proclamada “a afinidade mútua entre o movimento de libertação nacional dos povos e as lutas dos operários da Rússia por uma nova ordem social”. Na Pérsia ocorre a mesma coisa, em 1921, são isolados e expulsos os revolucionários, impondo ao partido “comunista” desse país que abandone a luta e colabore com o nacionalismo no mesmo momento em que os bolcheviques firmam relações amistosas e diplomáticas com o Estado repressor. Igualmente no Afeganistão, são afirmadas relações interestatais, que tinham começado desde a insurreição, isolando assim os revolucionários desse país.

Nem sequer a política nacionalista burguesa dos bolcheviques é consequente, porque (como é sempre no terreno interburguês e interimperialista) os acordos com os diferentes imperialismos os leva a trair, vez após outra, a política nacionalista prometida. Por exemplo, os acordos imperialistas com o Reino Unido levam os bolcheviques a não cumprir os acordos de publicar a revista “Os povos do oriente”, que tinham sido firmados no Congresso dos Povos do Oriente. Enquanto o Estado russo vai consolidando suas alianças imperialistas e a política de atrair capitais, na Rússia, durante todo o ano 1921, ele continua diminuindo todas as rações alimentares e tentando, por todos os meios, aumentar a taxa de exploração dos proletários, o que conduzirá à última grande resistência proletária: a greve geral em Petrogrado, a revolta nas históricas oficinas Putilov, “o cadinho da revolução”, e logo a grande revolta dos proletários e marinheiros de Kronstadt.

Durante essa persistente afirmação da contrarrevolução internacional e da política contrarrevolucionária dos bolcheviques, é realizado o Terceiro Congresso da IC, no qual é consolidada toda a política socialdemocrata de “ir às massas”. Não resta nem sombra da fraseologia revolucionária do Primeiro e Segundo Congressos. Tudo é substituído pela “conquista da maioria da classe trabalhadora” e outras frases clássicas do oportunismo e da velha escola socialdemocrata. Para isso, o verdadeiro debate é sistematicamente sabotado e proibido pelos dirigentes da IC, que fazem enormes e sensacionais discursos mas encurtam o máximo possível o tempo da palavra dos delegados do KAPD, Roi e outros companheiros. Todos os discursos oficiais têm como objetivo repetir a fraseologia barata de Lenin em sua “doença infantil”, e desqualificar os companheiros das esquerdas comunistas. O próprio debate, no Terceiro Congresso, é uma caricatura, uma piada da polêmica real. Os delegados são reunidos a parte e são-lhes apresentadas as posições oficiais contra o KAPD; tudo está preparado para sua exclusão. Os delegados desta organização foram reprimidos no uso da palavra e só são ouvidos por um tempo limitadíssimo e numa sala já convencida e sem interesse na polêmica. Os companheiros contam que o rumor era permanente e que nem sequer eram escutados. Funcionava como os velhos congressos socialdemocratas e em geral da democracia: tudo está conchavado de antemão, a polêmica é substituída pelos discursos espetaculares que induziam aplausos em função do prestígio espetacular de quem o pronunciava. A IC não só defendia o parlamentarismo como também tinha se transformado em um verdadeiro parlamento; todas as tarefas próprias do congressismo socialdemocrata se generalizavam novamente.

A apologia leninista dos compromissos e acordos com o inimigo, a manobra permanente como “tática genial”, como “estratégia revolucionária”, a total falta de princípios é erigida para sempre no único princípio geral do Congresso. Trotsky não imaginava até que ponto estava se gestando o stalinismo e ele estava contribuindo a isso, quando declarava, nesse congresso, que a IC tinha se transformado em uma “escola de estratégia revolucionária... superando sua fase infantil” e que isso foi possível graças ao domínio da “ciência da manobra política, tática e estratégica”.

Creemos que esses elementos resumem bem o que foi na Rússia, e especialmente no campo internacional, o leninismo como grande aniquilador das forças revolucionárias no mundo inteiro, e introduzem conceitualmente a supressão prática que ocorre em todos os países nos

anos seguintes, como expomos e continuaremos expondo em outros trabalhos.

## **O dualismo fundamental**

“A ciência da manobra política, tática e estratégica” ou leninismo é, então, o aperfeiçoamento da concepção da socialdemocracia. Seu princípio de base é negar a unidade fundamental entre os interesses imediatos e históricos do proletariado e preconizar, invariavelmente, táticas e estratégias que contradizem os interesses mais elementares do proletariado. Essa é a chave, uma argumentação (e depois propaganda) em nome do comunismo que contradiz a prática de sempre do movimento comunista, que não pode ser outra coisa que o movimento histórico concreto de combate contra o capitalismo e seu desenvolvimento. Uma teoria, uma ideologia, um partido, que invariavelmente justifica a necessidade de desenvolver uma política contrária aos interesses proletários, em nome desses mesmos interesses no futuro. Só assim se pode argumentar que: o proletariado deve trabalhar o máximo possível ao invés de lutar contra o trabalho; que o que importa é desenvolver o capitalismo em vez de lutar contra ele; que é preciso realizar as tarefas da burguesia (tarefas democrático-burguesas) em vez de realizar as tarefas proletárias de abolição do trabalho assalariado e da sociedade mercantil; ir ao parlamento e fazer uma política eleitoreira em vez de sabotar o parlamento e as eleições; submeter-se à disciplina sindical ao invés de lutar contra os sindicatos, verdadeiros aparatos do Estado burguês; fazer frentes nacionais e populares com a burguesia, com seus partidos, Estados, em vez de enfrenta-los; defender a nação e a política estatal nacional ao invés de lutar contra Estados e fronteiras; enfim... fazer acordos e alianças com burgueses, milicos e generais de outros países que estão reprimindo companheiros, em vez de se solidarizar com estes e continuar a luta contra aqueles. O stalinismo nada mais é do que a consequência inevitável de tudo isso: sem todos os pressupostos anteriores não seria possível justificar os milhões de proletários aprisionados nos campos de concentração, nem as alianças e pactos políticos, econômicos e militares com todos os inimigos do proletariado: desde os Estados como os EUA, Reino Unido, França... até a própria Alemanha nazista, dirigida por Hitler. Tudo, absolutamente tudo isso foi defendido por Lenin (e Trotsky) quando estava no poder.

A sistematização leninista de todos os dualismos socialdemocratas generaliza a função desse partido burguês para os proletários. Com efeito, só opondo o proletariado como classe ao partido, os interesses econômicos dos proletários aos interesses históricos do socialismo, pode-se argumentar que, em nome do socialismo, é preciso deixar os interesses imediatos e, por exemplo, sacrificar-se pela economia nacional. Todas as viragens e justificações leninistas, todos os sacrifícios do proletariado, todas as “traições” dos partidos de esquerda, têm como fundamento esse conjunto interminável de dualismos que hoje encontramos em todas as formas modernas da socialdemocracia: interesses econômicos e interesses políticos, programa mínimo e programa máximo, interesses imediatos e interesses históricos, tática e estratégia. A ciência da manobra política se materializa praticamente no possibilismo e no realismo da oportunidade política que todos conhecemos: “sim, mas é menos ruim que...”, “não será socialista, mas é o que se pode fazer”, “o parlamento é uma instituição burguesa, mas é preciso participar nele para denunciá-lo”, “as eleições não permitem chegar ao socialismo, mas por enquanto votemos em...”, “a libertação nacional é um passo... para o socialismo”. Por sua vez, essas manobras sem fim dos engodos políticos e do oportunismo erigido em método, em função de interesses alheios ao proletariado (interesses do partido e/ou Estado que o levam adiante e particularmente da União Soviética), ao mesmo tempo que implica a supressão das minorias revolucionárias, que continuam aferradas aos interesses proletários, consolida a contrarrevolução mundial e se transforma na forma enfim encontrada de esmagar toda a autonomia do proletariado em nome desse mesmo proletariado. Por trás da falsa imagem radical de Lenin em seus primeiros tempos, o leninismo passará a ser reconhecido, por seus supostos inimigos socialdemocratas e até por outras frações da burguesia, como um modelo exitoso. Os nazis imitarão os métodos de mobilização de massas e propaganda, a polícia política, os campos de trabalho e concentração, e as outras grandes forças imperiais do mundo não ficarão atrás quanto aos “grandes trabalhos” e a consequente mobilização de massas durante o New Deal. As escolas oficiais e militares de todas as grandes potências lerão Lenin não só como um inimigo a ter em conta, não só como um excelente intérprete de Clausewitz, mas também pelo aperfeiçoamento dos métodos de controle

e submissão das massas.

Evidentemente, nesse dualismo sempre há um polo que é determinante e dominante – o partido, a teoria, a ciência, a civilização, o progresso, o socialismo, o desenvolvimento das forças produtivas... – e outro que é subordinado, oprimido, secundário, condenado ao sacrifício – o proletariado, o imediato, o tático, as necessidades concretas, os interesses “economicistas”.... Sempre a humanidade é sacrificada em nome de um engodo que nos faz marchar e que esconde, invariavelmente, o próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital. Em todos os casos, são sacrificados os interesses proletários, o interesse diretamente humano, em nome de interesses superiores, para que esse polo definido como superior tome precedência. Ocorre exatamente o mesmo na religião judaico-cristã, o sacrifício aqui em nome do além. Mais ainda, esse polo dominante justifica a si mesmo, é ele que define os critérios da verdade, é a própria expressão da ciência inquestionável, diante da qual é preciso se sacrificar. Se os proletários são apenas o polo subordinado, quem tem essa função de verdade na Terra, da ciência diante da qual é preciso se ajoelhar? É evidentemente aquilo que o leninista chama de “o partido”. Exatamente como a igreja era na idade média a concretização de deus na Terra, o partido passa a ser assim a concretização do socialismo idealizado, da ciência, da civilização, e, portanto, ele é inquestionável. Toda crítica de fundo passa a ser um pecado e os críticos têm como sanção a excomunhão e a fogueira. A repressão e o terrorismo de Estado foram, e são, a consequência inevitável do dogma revelado.

Essa concepção sempre esteve presente na socialdemocracia, de Lassalle a Proudhon, até que fosse sintetizada e sistematizada por Karl Kautsky. Seu discípulo Lenin a adota (ver o importante texto de Jean Barrot, “O «renegado» Kautsky e seu discípulo Lênin”) e põe em prática de forma massiva desde 1917. Stalin, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Dimitrov, Gramsci... são os melhores discípulos contemporâneos do discípulo de Kautsky. Depois vem não só outros discípulos declarados do discípulo, tais como Mao, Ho Chi Minh, Giap, Kim Il Sung, Enver Hodja, Fidel Castro..., ou outros menos declarados, como os supostos “anarquistas” espanhóis da CNT (Abad de Santillán, Federica Montseny, Marianet...), que também em nome da luta contra o Estado defenderam abertamente o Estado presente e concreto, o Estado capitalista, e puseram o proletariado, organizado na CNT, a serviço dele. Mas, além dessas aplicações, essa concepção volta e voltará a se pôr em todo tipo de organização social e política para paralisar o proletariado em sua ação direta contra o capital e o Estado em nome de um suposto interesse superior.

A história do leninismo (e em geral da socialdemocracia) contra a revolução só existe de forma dispersa e inorgânica. Em sua forma moderna, essa concepção não desapareceu, mas, pelo contrário, se generalizou e dispersou, o que a tornou mais forte e um ingrediente fundamental do modo geral de pensamento dominante moderno, considerado politicamente correto. Ainda não existe uma sistematização dessa teoria e dessa prática após quase um século de ação decisiva. Daí a importância de nossa tentativa. Hoje, sob outras formas ou denominações, a socialdemocracia, com tudo o que o leninismo contribuiu a ela, continua sendo fundamental na canalização e supressão da energia de milhões de proletários que querem mudar o mundo, voltando-a contra estes. Ou seja, que toda essa energia seja utilizada nas tarefas democrático-burguesas e, em geral, no progresso do capital.

## **Apêndice**

### **A vigência contrarrevolucionária do leninismo**

Não só os que nos criticam, mas também leitores e companheiros próximos se surpreenderam com a nossa enésima insistência sobre o leninismo, o bolchevismo, o stalinismo..., considerando que tudo isso já está queimado, superado e/ou que se tornou insignificante com a “queda do muro” e que só restam resquícios absurdos, caríbios e outros, que não têm nenhuma atualidade. Essa avaliação não se baseia na realidade da dominação capitalista e na contribuição para ela que a contrarrevolução leninista-stalinista significou como “ciência da manobra política, tática e estratégica”, que justifica tudo e seu contrário, mas se baseia no que os políticos dizem de si próprios, ou, o que é o mesmo, nos regimes políticos ou partidos formais que chamam a si

próprios de leninistas ou marxistas leninistas.

Entretanto, o leninismo é muito mais amplo e importante do que os regimes marxistas leninistas, que, nunca é demais lembrar, abarcaram mais do que a metade da humanidade, sendo que Lenin foi o autor mais divulgado de todos os tempos até época muito recente. O marxismo leninismo é uma metodologia geral decisiva para dominar o proletariado, uma verdadeira “ciência da manobra”, como Trotsky dizia, pela qual, em nome de interesses superiores, a ação direta revolucionária é aniquilada. Se, no sentido mais amplo, todas as forças e partidos cujo objetivo é controlar os proletários constituem o partido histórico da socialdemocracia (sim, do velho partido burguês para neutralizar os proletários), o triunfo da contrarrevolução leninista fez, dessa ciência, a forma mais desenvolvida da dominação dos proletários, a metodologia mais aperfeiçoada para impor ao proletariado, em nome do futuro socialista, a mobilização produtiva e nacional-imperialista. O leninismo não é utilizado apenas por stalinistas, trotskistas, zinovievistas, gramscianos... que, é verdade, são cada vez menos importantes, mas também, de forma consciente ou inconsciente, é utilizado por nacionalistas, socialistas, libertários, liberais, populistas, direitistas, esquerdistas... Não é necessário ler Lenin para encontrar essa mesma dualidade característica, levada à sua expressão máxima, em nome não tanto do partido, mas do socialismo futuro, do progresso, da nação, da democracia, da igualdade... Tampouco é necessário ser membro de um partido para defender essa concepção; hoje ela brota como cogumelos, nas ONGs, sindicatos, nas estruturas de assistência social... que o Estado instaura nos bairros pobres como tática contra-insurrecional (nas favelas, nos *banlieu*, nos subúrbios, nas *villas*...), no pseudo-socialismo latino-americano, nos *piqueteros* argentinos ou dentro dos trabalhadores sem-terra do Brasil...

Dir-nos-ão que esse dualismo é essencial em todas as formas de dominação capitalista e que não é fruto do leninismo e nem da socialdemocracia, o que é totalmente certo, porque a própria democracia, para dissolver a classe no indivíduo cidadão, requer tudo isso e, neste sentido, todo partido interessado no desenvolvimento e no progresso do capital tende a utilizá-lo. No entanto, enquanto proletários, explorados e dominados, em luta contra o capital e seus Estados, interessa-nos sobremaneira as formas precisas em que essa dominação se estrutura e, em particular, as formas de dominação destinadas aos proletários, concebidas para enquadrar quem põe sua vontade na luta contra essa sociedade. Ou seja, nos interessa sobretudo o papel dos partidos burgueses para o proletariado, quer dizer, a socialdemocracia e seu aperfeiçoamento marxista leninista. E, ao aprofundar isso, constatamos que não estamos diante de uma forma qualquer de dominação, mas frente à forma mais aperfeiçoada que pode existir, para além da terminologia que ela utiliza.

Assim, o “mal menor” é uma constante em toda a história da opressão e dominação de classe. A classe dominante sempre tenta utilizar e enquadrar seus próprios explorados e dominados contra outros setores dizendo que são piores que eles, trata-se sempre de mudar algo para que tudo fique como está. A socialdemocracia sempre utilizou esse expediente contra a autonomia proletária e a ação direta. Mas o mérito de aplicar esse expediente para aniquilar toda a força do proletariado insurrecto mundial dos anos de 1917 a 1919 e canalizá-la para o frentismo pertence ao leninismo no poder (1918-1923) e à conseqüente propaganda marxista leninista. A forma culminante desse aniquilamento da revolução foi precisamente essa transformação histórica até impor a frente única, depois a frente popular, a frente nacional, até a submissão à guerra interimperialista e seu massacre generalizado. Desde então, a ditadura do capital, a democracia, para sua dominação, sempre cria o espantalho do fascismo para se legitimar como antifascista e aniquilar toda expressão autônoma, baseando-se em uma frente (que, como toda frente popular, inclui o terrorismo de Estado). Podem variar as formas ou as denominações, mas todas as formas de dominação e aniquilação do proletariado autônomo utilizam as bases socialdemocratas e o aperfeiçoamento delas que o leninismo e suas diversas e numerosas variantes efetuaram.

## **Terrorismo de Estado contra o proletariado**

A contrarrevolução escondeu desde o início que o terror “vermelho” aplicado sob o poder de

Lenin não se dirigia principalmente contra a burguesia, mas contra o proletariado. É a consequência lógica do programa de desenvolvimento do capitalismo aplicado desde o princípio por Lenin e os seus: a defesa dos interesses elementares do proletariado sempre se contrapõe à política capitalista. Por isso, embora também fossem reprimidos setores da burguesia e de outros partidos capitalistas, cada vez mais forças burguesas foram cooptadas e/ou neutralizadas e o terrorismo de Estado aplicado massivamente contra o proletariado rural e urbano.

Desde a criação da Checa, em dezembro de 1917, o inimigo foi definido como “a sabotagem e a contrarrevolução”, categoria na qual entrou imediatamente quem se opunha à política nacionalista dos bolcheviques e quem sabotava o desenvolvimento da organização capitalista e taylorista da produção. Quanto mais era afirmada a política nacionalista e imperialista, e quanto mais, internamente, os velhos funcionários e militares czaristas eram cooptados para o aparato de Estado, assim como os velhos burgueses para gerir o capital, mais a repressão contra o proletariado se intensificava. Se as primeiras vítimas do terrorismo de Estado, especialmente entre o proletariado rural, se produzem em plena guerra civil (entre o terror branco e o terror vermelho) e se podemos aduzir uma grande confusão numa contenda entre dois projetos capitalistas, elas depois se concentraram no plano econômico, na repressão contra toda tentativa proletária de viver menos mal. Era acusado de especulador quem trocava comida, quem resistia às requisições, quem obtinha um pedaço de carne para comer, quem fazia greve na fábrica, quem resistia ao recrutamento forçado no exército e, em geral, quem promovia a luta contra as medidas de intensificação da exploração que o leninismo impunha contra os interesses proletários. Mas foram reprimidos seletiva e mais violentamente ainda aqueles que convocavam abertamente à resistência frente à política claramente burguesa dos bolcheviques, especialmente aqueles que atuavam de modo organizado contra o Estado, como sempre aconteceu. Os mesmos partidos e grupos que mais tinham sido reprimidos pelo czarismo foram os primeiros a ser reprimidos pelos bolcheviques, que, não podemos esquecer, contaram com a colaboração de muitos dos velhos oficiais czaristas e milicos experientes. Em muitos casos, os militantes revolucionários foram presos nos mesmos cárceres e nos mesmos calabouços em que estiveram durante o czarismo.

A quantidade e a qualidade da repressão foi, desde a criação da Checa, terrível: a tortura se generalizou desde o início, e o desaparecimento de pessoas e a aniquilação física foram a política geral. A época de mais repressão massiva aberta, em toda a história da União Soviética, medida, por exemplo, pelo número de mortos diretos da repressão, contrariamente ao mito, é a de Lenin. Diferentes fontes coincidem em afirmar que, no que se considera oficialmente a época do Terror, ou seja, 18 meses (de setembro de 1918 a janeiro de 1920), houve em média um milhão e meio de mortos por ano. A declaração do Comitê Central Executivo dos Soviéticos, de 2 de setembro de 1918, que legitima o que denominarão “terror de massas” e que efetivamente foi terror contra as massas, foi aprovada em princípio contra os opositores da paz de Brest-Litovsk e particularmente contra a rebelião aberta dos socialistas revolucionários de esquerda e contra quem convocasse a continuar a revolução, a fazer a revolução permanente ou “terceira revolução”. Para quem decretou que a revolução tinha terminado, que agora era preciso trabalhar e construir em aliança e colaboração com as diversas forças do capital e do Estado mundial, aqueles que convocavam a continuar a revolução (como os bolcheviques insurrecionalistas tinham feito até outubro de 1917!) passaram a ser definidos como “agentes da burguesia”. Pouco mais de um mês depois, Lenin se justifica no Pravda: “quando as pessoas reprovam nossa crueldade, nos perguntamos como esqueceram os mais elementares princípios do marxismo” (publicado em 26 de outubro de 1918). Se Lenin se considerava como o intérprete máximo do deus Marx na Terra para justificar o injustificável, é totalmente lógico que Dzerjinsky, o primeiro chefe da Checa, declarasse que o homem comunista seria criado matando quem resistisse: “a imposição proletária sob qualquer forma, começando pela execução capital, constitui um método para criar o homem comunista”.

Um ano e meio depois, quando o Estado decide suprimir a pena de morte, isso é feito para utilizar toda a força de trabalho e pô-la a serviço do desenvolvimento econômico. É consolidada assim a ideologia leninista do indispensável desenvolvimento do capitalismo como passagem para o socialismo, aplicando-se o slogan “genial” de Lenin de que o socialismo é “o poder dos

soviets e a eletrificação do campo”. A aplicação estrita do trabalho forçado era necessária para a realização das tarefas democrático-burguesas em um país em ruínas. Será imposto ao proletariado, pela ideologia e o terror de Estado, o máximo esforço produtivo possível. Os campos de trabalho forçado tinham começado a funcionar já em 1918, quando dois foram criados. Em 1920, foram abertos mais oito campos de concentração. Em 1922, a direção da polícia política controlava 56. Ao mesmo tempo que a condenação a “trabalhos forçados”, que Lenin e Trotsky defendiam, continuava se generalizando até se transformar na condenação padrão contra “os que não queriam trabalhar e os sabotadores”, isto é, contra a resistência proletária. Os cárceres, que os proletários tinham esvaziado em 1917, tinham, em suas entranhas imundas, no tempo da morte de Lenin, 87.800 presos políticos, incluindo já muitos militantes que participaram na insurreição de outubro, inclusive militantes da esquerda comunista do próprio partido bolchevique.

O aparato policial, o terror de Estado e os campos de trabalho forçado se transformaram assim na chave da contra“revolução russa” e do desenvolvimento do capitalismo (que depois Stalin obrigaria a chamar de “socialismo”) em um só país. No segundo aniversário de 1917, o próprio Pravda escrevia: “todo o poder aos soviets” se transformou em “todo o poder às Checas”.

### **Os primeiros passos do terrorismo de Estado**

A primeira ação da Checa foi esmagar uma greve de empregados e funcionários de Petrogrado. O primeiro grande ataque, realizado na noite de 11 a 12 de abril de 1918, foi contra organizações que se definiam como anarquistas, e surpreendeu por sua inusitada crueldade. Nela, mais de 1000 milicos da Checa atuaram tomando de assalto cerca de 20 casas de anarquistas de Moscou e prendendo 520 pessoas, das quais assassinaram 25, acusando-as de “banditismo”. Esta acusação, depois, se tornou corrente contra os militantes que continuavam lutando contra o capitalismo e o Estado.

### **Testamento de um repressor leninista arrependido**

Em 16 de fevereiro de 1923, em plena avenida Nikitsky de Moscou, um membro da Comissão Governamental de Investigação e Direção Política do Estado se suicida e deixa como testamento a seguinte carta: “Companheiros! Depois que me informaram rapidamente dos assuntos tratados por nossa principal instituição para a defesa das conquistas do povo trabalhador, um estudo dos documentos de investigação e dos procedimentos aplicados conscientemente por nós, para afirmar nossa situação, com base nas indicações do companheiro Unschlich que os considera indispensáveis para os interesses do Partido, fui obrigado a sair para sempre de tais horrores, dessas canalhices que praticamos em nome dos grandes princípios do comunismo e nas quais participei inconscientemente como operário do Partido Comunista. Quero, com minha própria morte, confirmar meu erro e nesse sentido dirijo a vós meu último pedido. Mudai totalmente enquanto é tempo, não desonreis, com vossos métodos, o nosso grande mestre Marx e não continueis alienando as massas do socialismo.” [28](#)